

---

## A candidatura ao ensino superior politécnico: Escolha ou recurso?

*Cláudia Valadas Urbano*<sup>1</sup>

Este texto pretende dar conta dos resultados preliminares de uma investigação sobre o mercado da formação superior em Portugal na década de 90, mais especificamente ao nível do subsistema de ensino politécnico. A alteração do estatuto e do grau académico que, com a transição de “bacharelatos” para “licenciaturas bietápicas”, a maioria dos institutos politécnicos passa a oferecer na segunda metade da década de 90, leva-nos a questionar de que forma o movimento de procura deste tipo de formação superior poderá também ter sofrido alterações, induzidas por essa mudança ao nível da oferta. Assim sendo, procurámos conhecer o comportamento da oferta e da procura de ensino superior em Portugal, comparando as evoluções observadas no ensino universitário com aquilo que sucede no ensino não-universitário (politécnico, neste caso) no sentido de detectar a formação de possíveis tendências.

Numa altura em que emerge um novo paradigma em torno das questões relacionadas com o ensino superior, com referências à “institucionalização de um sistema de regulação” – o paradigma da qualidade do ensino – optámos por centrar a nossa análise no modelo relacionado com a evolução do ensino superior em termos de oferta e procura.

Não tendo em conta condicionantes ou conjunturas sociais, económicas, políticas, geográficas, ou de áreas de estudo, entre outras, é notória a evolução quantitativa do ensino superior em Portugal, e mais concretamente do ensino superior “de curta duração”.

### A evolução do ensino superior e do ensino superior politécnico em Portugal

É já um dado adquirido a rápida e forte evolução que se registou em Portugal ao nível da formação superior, a partir dos anos 60. Recorda-nos José Mariano Gago (1994) que o aumento que se verificou ao nível da frequência escolar se deveu à evolução demográfica, por um lado, e ao incremento da procura de ensino, sendo este condicionado pela relação custos/benefícios, pela oferta de ensino, e pelas modificações institucionais (factores que procuraremos explicar mais adiante). Tal constatação é confirmada por Braga da Cruz (1995), que afirma que se tem assistido, nos dois últimos decénios, a uma «ininterrupta expansão do volume global da população escolarizada do ensino superior em Portugal», facto que será um indicador quer do aumento da procura, quer da frequência efectiva deste nível de escolarização.

Sobre o surgimento e consolidação de uma vertente bastante específica – o ensino superior politécnico, e reportando-nos à década de 60 (altura em que se começam a desenhar os primeiros sinais do desenvolvimento do ensino superior), verifica-se que, para o conjunto do ensino superior, o subsistema universitário tem um peso de 95%, restando somente 5% para o não-universitário. Aliás, de 1960 a 1973, o ensino politécnico teria pouca expressão a nível nacional, registando pequenos períodos de expansão e outros de retracção, pouco significativos, na medida em que se desenrolava a uma taxa média anual de 5.5%.

Tentando fazer um breve historial da reviravolta ocorrida ao nível do ensino superior em Portugal, e baseando-nos nos dados histórico-políticos disponíveis na obra de Sérgio Grácio, «Ensinos Técnicos e Política em Portugal 1910/1990», podemos começar por referir o projecto apresentado por Veiga Simão, em meados da década de 70, no qual os institutos politécnicos integrariam o ensino superior juntamente com as universidades e outros estabelecimentos de ensino similar. Uma vez que se verificava, por um lado, uma desproporção entre o número de matriculados em licenciaturas e aqueles que frequentavam o ensino não-universitário, e por outro lado, um elevado grau de selectividade social e disparidades regionais, a diversificação do

---

<sup>1</sup> Investigadora no CEOS/Universidade Nova de Lisboa

ensino superior passou pela constituição do ensino politécnico como alternativa ao ensino universitário, como um modo de tentar gerir o crescimento do ensino superior, face ao crescimento demasiado rápido da procura.

A justificação temporal da distinção dos dois subsistemas de ensino deixa de ser válida com a existência de cursos de duração igual em ambos os lados. Mas o objectivo da existência de licenciaturas no ensino politécnico não é simplesmente o de fazer equivaler as metas temporais destes tipos de ensino, mas antes de, através da licenciatura, conferir outros objectivos ao ensino politécnico e, acima de tudo, aproximar este do ensino universitário.

Uma vez que era a inexistência do bacharelato nas universidades que mantinha a diferença entre o ensino universitário e o ensino politécnico (Grácio, 2000), a partir do momento em que o ensino politécnico passa a oferecer o grau de licenciatura – sendo a oferta igual, por parte dos dois ensinos, em termos do grau de formação básica superior (excluindo, portanto, os mestrados e os doutoramentos) – será interessante procurar saber como é que a procura reage.

De acordo com S. Grácio, «o volume e a estrutura da procura de ensino influem directamente na evolução do sistema de ensino e do ensino técnico por afectarem, juntamente com a evolução demográfica, a frequência escolar».

### **A evolução da oferta, da procura e do ingresso no ensino superior politécnico**

Braga da Cruz assinala que é a partir da altura em que se consagra a existência do ensino superior politécnico (assim designado), com a LBSE de 1986, que se torna mais visível a acentuada expansão do ensino não-universitário, sofrendo um acréscimo no total de matriculados na ordem dos 158% entre 1986 e 1991. Segundo a análise do mesmo autor, em 1991, o ensino politécnico capta mais de  $\frac{1}{3}$  (37%) da população discente inscrita pela primeira vez no ensino superior público, sendo a oferta de cursos de formação de professores das Escolas Superiores de Educação responsável por grande parte dessa expansão.

Relativamente a dados disponíveis para o ensino superior universitário e não universitário, verifica-se que as vagas atribuídas ao primeiro tipo de ensino cobrem apenas 46.2% da sua procura em 1ª opção. Em contrapartida, e uma vez que é menor a procura em 1ª opção do ensino politécnico, verifica-se uma maior satisfação da mesma.

A institucionalização de uma duração igual para os dois tipos de ensino superior – universitário e não-universitário – veio provocar alterações profundas na evolução do ensino em Portugal, quer ao nível da oferta (número de vagas colocadas à disposição pelos estabelecimentos de ensino), quer em termos de procura (número de candidaturas à frequência de ensino superior).

Sabemos que esta última varia em função de inúmeros factores (que procurámos, de uma forma breve, assinalar neste documento). Acrescentámos, no entanto, mais um factor que, parece-nos, enriquece esta discussão: a hipotética valorização do ensino politécnico através da oferta do grau académico socialmente mais procurado – a licenciatura – comparativamente ao seu congénere de duração inferior (o bacharelato).

No entanto, registre-se ainda que nos pareceria interessante fazer uma análise mais profunda aos dados para detectar as falhas registadas ao nível do número de colocações efectivas no ensino politécnico, dado que oferta e procura registam alterações comportamentais positivas com o lançamento das licenciaturas bietápicas, facto que não sucede com a designada “procura satisfeita”.

Nesta análise sobre a evolução do ensino superior politécnico seria essencial considerar outras variáveis: o nível de vida das famílias, uma vez que elas equacionam o investimento na educação superior em função dos custos que têm e dos benefícios que poderão ter, e o grau de desenvolvimento económico, pois quanto maior o nível de vida, maior a possibilidade de efectuar esse investimento; o mercado de emprego, que poderá condicionar ou canalizar a procura de determinadas áreas ou níveis de formação; e a estrutura social. Além disso, é sabido que a procura se encontra diferenciada, tanto do ponto de vista social, como do ponto de vista escolar.

Um estudo de Cristina Gomes da Silva (1999) efectuado sobre as motivações de frequência de diferentes tipos de ensino e sobre as aspirações dos jovens acerca de uma formação superior, junto de uma população que frequentava o ensino secundário, conclui que o objectivo da maioria dos jovens (inquiridos) é frequentar o ensino superior universitário. O ensino superior politécnico surge com pouca expressão nas suas expectativas, facto que pode dever-se, segundo a autora, ao pouco conhecimento que têm sobre este tipo de ensino, e à associação comumente feita a um tipo de ‘ensino superior curto de *segunda categoria*’.

Somos da opinião que, mais do que as *classificações escolares* serem pautadas pelos constrangimentos sociais após o ingresso (como é o caso da existência de apoios da acção social escolar), elas serão condicionadas pelas condições sociais *a priori* (origens sociais dos indivíduos), pelos inerentes resultados escolares e, acima de tudo, pela própria estrutura da procura. As notas de ingresso no ensino superior politécnico seriam tão mais elevadas quanto maior fosse a excelência escolar do público que procura este nível de ensino (o que certamente acontecerá em algumas áreas científicas, nomeadamente da saúde).

### **Motivações e escolhas de candidatura ao ensino superior politécnico**

A opção pela candidatura e frequência do ensino superior politécnico surge, de acordo com dados de que dispomos, fortemente condicionada por factores objectivos como sejam a *origem social* e o *nível de excelência escolar* dos estudantes. Para atendermos às razões subjectivas da escolha dos estabelecimentos de ensino, teremos que ter em linha de conta as características escolares e socioculturais dos diferentes públicos que se candidatam aos subsistemas de ensino.

Casimiro Balsa, num estudo realizado sobre os estudantes do ensino superior (1997), observa que «as motivações e estratégias de ingresso no ensino superior» estão «associadas a determinadas características socioeconómicas, culturais e escolares que, embora não determinando de forma linear as representações e atitudes dos estudantes, definem algumas orientações de candidatura». Mais, essas motivações e estratégias estão associadas a «expectativas e representações que variam em função do subsistema de candidatura dos estudantes». Se a candidatura ao subsistema universitário público surge associada às ideias de qualidade e prestígio, a candidatura ao politécnico é sujeita às «contingências económicas e escolares do ingresso (facilidade de entrada, custos reduzidos, proximidade)» [a que designam por candidatura condicionada].

Mas será assim tão linear a candidatura condicionada ao politécnico, em que parece imperar o modelo de “custos e benefícios”? Podemos-nos questionar acerca das ‘razões de facto’ dos actores. E será o subsistema de ensino politécnico assim tão pouco atraente, se actualmente confere o mesmo diploma que o universitário, tem a vantagem da proximidade regional e é dotado de um carácter mais pragmático?

São estas e outras questões que gostaríamos de ver discutidas e que serviram de base à investigação, no âmbito da Tese de Mestrado em Sociologia da Educação, que estamos a concluir.